



O Cumprimento dos ODM nos PALOP

O cumprimento dos 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que se encontram comprometidos pela actual crise económica e financeira, foi alvo de debate em Setembro na sede das Nações Unidas. Para além de se fazer o ponto de situação sobre o cumprimento dos ODM, esta Cimeira pretendeu dar um novo impulso às metas de desenvolvimento internacionais para 2015. [Pag 2/5](#)

Moçambique e Angola vão Cooperar em Missões de Paz

Os Ministros da Defesa de Moçambique, Filipe Nyusi, e de Angola, Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnem, assinaram em Maputo um acordo de cooperação militar, que inclui a concertação em matéria de segurança, missões de paz e desminagem. [Pag 6](#)

Feira Internacional de Cabo Verde

Portugal teve uma forte presença na XXIV edição da Feira Internacional de Cabo Verde (FIC), que decorreu entre 17 e 21 de Novembro na Cidade da Praia. [Pag 6](#)

Rússia e Angola Reforçam Relações

Os Governos de Angola e da Rússia assinaram em Luanda um protocolo a nível económico, técnico-científico e comercial que servirá de base para a implementação de programas que irão permitir o alargamento da cooperação entre os dois países. [Pag 7](#)

Os Maiores Bancos Africanos

Diversos bancos angolanos e moçambicanos integram a lista dos 100 maiores bancos de África, de acordo com o capital e reservas financeiras declarados, segundo a African Business. [Pag 8](#)

África Duplica População

A população africana deverá mais do que duplicar, para 2,2 mil milhões de pessoas, até 2050, de acordo com um estudo internacional apresentado em Outubro em Tunis, no âmbito da V Cimeira Económica Africana. O estudo, Africa Vision 2050, organizado pelo Banco Africano para o Desenvolvimento (BAfD) e Agência Francesa para o Desenvolvimento, aponta para os desafios que o continente enfrenta perante o crescimento acentuado da sua população nos próximos 40 anos. Desde logo, o facto de metade dos países africanos deverem registar aumentos entre três a cinco vezes das suas populações urbanas, fenómeno associado ao peso das doenças, como Malária e HIV/SIDA, bem como à persistência dos conflitos. [Pag 8](#)

Índice Desenvolvimento Humano 2010

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010 feito pelo PNUD foi apresentado a 4 de Novembro abrangendo diversos indicadores de 169 países. De acordo com este Índice, os 10 países do topo no IDH de 2010 são: a Noruega, a Austrália e a Nova Zelândia Estados Unidos da América, Irlanda, Liechtenstein, Países Baixos, Canadá, Suécia e Alemanha. No fim da lista aparecem Mali, Burkina Faso, Libéria, Chade, Guiné-Bissau, Moçambique, Burundi, Níger, a República Democrática do Congo e o Zimbabué. [Pag 9](#)

Cimeira Luso Argelina

Decorreu a 9 de Novembro a III Cimeira Luso-Argelina, dedicada ao tema das tecnologias de informação e comunicação (TIC), durante a qual foram assinados vários acordos de cooperação. [Pag 10](#)

Lula da Silva Visita Moçambique

O Presidente Lula da Silva realizou, em Novembro, a sua terceira e última viagem a Moçambique como Chefe de Estado do Brasil antes de passar o cargo para a candidata vencedora das eleições presidenciais, Dilma Rousseff. Esta visita confirmou o interesse brasileiro em continuar a aprofundar as relações com o Continente Africano. Nesse sentido, Lula da Silva fez questão de referir, em diversas ocasiões, que a política africana do Brasil não sofrerá alterações com a nova Presidente. [Pag 10/11](#)



O Cumprimento dos ODM nos PALOP

O cumprimento dos 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que se encontram comprometidos pela actual crise económica e financeira, foi alvo de debate em Setembro na sede das Nações Unidas. Para além de se fazer o ponto de situação sobre o cumprimento dos ODM, esta Cimeira pretendeu dar um novo impulso às metas de desenvolvimento internacionais para 2015.

Em finais dos anos 90, fruto das alterações internacionais, várias reuniões de Alto Nível apontaram para a necessidade de uma nova parceria alargada, para fazer face a questões emergentes que ameaçavam, e continuam a ameaçar, a ordem internacional. Temas como o desenvolvimento sustentável, a população, os direitos humanos, a igualdade de género e o carácter multidimensional e transversal da pobreza, do ambiente ou da saúde passaram a integrar os grandes debates mundiais, revelando-se urgente uma nova abordagem, na forma de se compreender o sistema internacional.

A Cimeira do Milénio, realizada no ano 2000, procurou dar resposta a estes desafios, simbolizando um verdadeiro compromisso em direcção a um Mundo mais próspero, equitativo e estável. A Declaração final deste encontro¹, materializada no estabelecimento dos 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), representou uma revitalização dos esforços assumidos pelos países em matéria de desenvolvimento. Os 8 ODM, são os seguintes:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar a educação primária universal
3. Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças
7. Assegurar a estabilidade ambiental
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

Com resultados muito díspares a nível mundial, e com poucas razões para optimismo, sobretudo em África, a ONU tem-se esforçado por transmitir confiança, para manter os ODM na agenda internacional.

Anualmente tem sido feito um acompanhamento do cumprimento das metas. O relatório de 2010 do grupo de trabalho de acompanhamento dos progressos dos ODM, centrou-se no impacto da crise económica, e demonstrou que esta afectou a ajuda ao desenvolvimento, comércio, serviço da dívida, e o acesso a medicamentos e

tecnologia, o que teve consequências nos esforços de cumprimento dos ODM.

Face a este cenário, o cumprimento dos ODM fica, em grande medida, dependente da melhoria do cenário económico e financeiro a nível mundial. Segundo o Presidente do FMI, Strauss-Kahn, que participou na Cimeira da ONU deste ano, tudo dependerá da recuperação do crescimento económico global, equilibrado e sustentável.

No caso dos países lusófonos, os resultados alcançados no âmbito dos 8 ODM são diferentes. Há a destacar o caso do Brasil que está próximo de alcançar todas as metas.

Segundo a ONU, Angola terá dificuldade em atingir alguns dos ODM, incluindo o primeiro, o de combate à pobreza extrema, apesar de se terem verificado alguns progressos sobretudo nas metas relacionadas com a educação e o acesso a água potável.

Em 2000, a proporção da população angolana que vivia abaixo do nível de pobreza era de 68%, sendo que 26% vivia em pobreza extrema, ou seja, com menos de um dólar por dia, e não existem dados actuais sobre esta situação. O Governo de Angola reiterou, contudo, recentemente, no Plano de Desenvolvimento traçado para 2009-2013 o objectivo de reduzir para metade a proporção da população que vive nessa situação e também a fome.

As Nações Unidas acreditam que o plano possa ter alguma eficácia, mas insistem que só com reformas profundas Angola conseguirá atingir alguns dos ODM, incluindo o da luta contra a pobreza e os relacionados com o acesso a serviços de saúde materna e infantil.

Na redução da mortalidade associada ao parto, o PNUD considera que praticamente não há melhorias nenhuma, já que o ratio, em 2007, era de 1.700 por cada cem mil partos, contra 1.800 no ano 2000.

A evolução foi um pouco melhor na redução da mortalidade infantil, com o rácio de mortalidade de crianças com menos de cinco anos a baixar dos 260 por cada mil, em 2003, para 154 por cada mil, em 2007.

Um dos objectivos em que houve progressos visíveis foi o da educação, com 5,8 milhões de crianças com acesso ao ensino primário

Notas:

¹ Declaração do Milénio, adoptada por 189 Nações em Setembro de 2000.

em 2007 (mais 75% do que em 2003) e 29 mil novos professores recrutados entre 2003 e 2005.

Na luta contra a malária, Angola está a evoluir favoravelmente quanto à meta da redução de mortes provocadas pela doença - de 13 mil em 2005 para 11 mil em 2007 - e pessoas em estado de morbilidade associada à doença.

Outro objectivo em que regista um bom desempenho é o de reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável e condições sanitárias.

A escassez de dados estatísticos recentes relativos a Angola, e consequentemente a dificuldade em conseguir perceber e medir com exactidão o progresso para atingir os ODM, são referidos em vários documentos do PNUD.

A Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Bissau admitiu que para muitos dos ODM, a Guiné-Bissau está longe de atingir os indicadores desejados. Giuseppina Mazza, explicou este atraso também devido às frequentes crises político-militares que atrasam o progresso socioeconómico do país.

A responsável preferiu focalizar sobre os aspectos onde, a seu ver, se registam progressos, até porque tem uma atenção especial mais para as tendências do que para os próprios resultados.

Embora possam faltar dados devido aos problemas de estatísticas, Mazza garantiu que alguns progressos foram registados, apontando o exemplo no acesso à educação primária, na paridade dos sexos no acesso à escola e ao ensino, na redução da mortalidade infantil, nos esforços em áreas como a gestão financeira, entre outras.

Instado a pronunciar-se até quando a Guiné-Bissau poderá atingir os ODM, a Coordenadora Residente da ONU lembrou que o horizonte temporal de 2015 foi estabelecido na perspectiva de permitir a todos os países atingir os referidos objectivos, mas já se sabe que muitos deles não vão conseguir. Todavia, o mais importante para Giuseppina Mazza é fazer o progresso possível até à data, e não se deixar desanimar ou de aplicar as políticas necessárias, pelo facto de os objectivos poderem ser atingidos só para lá de 2015, sendo interessante que os países continuem focalizar nos progressos e acções que podem realizar.

Referiu que os avanços registados num dos objectivos ajuda a acelerar e permitir melhores condições para que outros progridam, uma vez que estão todos interligados. Ela é da opinião de que se se reforçar o crescimento económico, se se criarem empregos e se se atraírem investimentos, isso pode gerar todo um ambiente que permitirá um progresso muito mais rápido de todos os ODM. Contudo, disse que é preciso também ter em conta que há Estados mais frágeis e que têm vulnerabilidades.

Esta perita da ONU informou que um certo número de países obteve importantes sucessos na luta contra a pobreza extrema e a fome, na escolarização e a saúde das crianças, no alargamento de acesso à água potável, ao tratamento do VIH/SIDA e à luta contra a malária, a tuberculose e outras doenças tropicais oportunistas. Adiantou que tudo isto foi conseguido nalguns países mais pobres, o que demonstra que os ODM são realizáveis com boas políticas, níveis adequados de investimento e apoio internacional.

Ainda no que se refere à Guiné-Bissau, Mazza manifestou o seu regozijo pelo facto de o país ter decidido fazer a actualização do Documento Estratégico Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP) para 2011-2015 a sua estratégia baseada nos ODM e que dá muito espaço às medidas destinadas ao crescimento económico, como suporte para um desenvolvimento equitativo. Sublinhou também os avanços feitos para que Bissau possa beneficiar da redução da dívida, no quadro da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPTE).

As Nações Unidas comprometeram-se a levar a cabo, na Guiné-Bissau, intervenções específicas para atacar, entre outros, o analfabetismo, o fraco acesso aos cuidados de saúde e outros serviços sociais de base, a falta de formação profissional e a má nutrição crónica. Deste modo, existem projectos destinados a apoiar a agricultura, melhorar o acesso à água potável e saneamento, aumentar o emprego para os jovens e as redes de micro-crédito, desenvolver estratégias nacionais e reforçar as capacidades dos sistemas de educação e de luta contra o VIH/SIDA, lembrou, apontando o apoio à reforma nos sectores como a segurança e justiça ou a modernização da administração pública.

Com efeito, a Coordenadora Residente da ONU, na Guiné-Bissau, adiantou que a ajuda prestada pelo seu sistema não se debruça apenas à resposta imediata aos problemas socioeconómicos, mas



tem trabalhado também para facilitar a criação das condições necessárias à aceleração do desenvolvimento.

Neste sentido, assegurou que a ONU trabalha em conjunto com as instituições nacionais e procura a melhor complementaridade com outros parceiros do país para reforçar as capacidades, nomeadamente na formação de quadros nacionais, apoio à formulação de políticas, estratégias e planos prioritários de enquadramento e textos legislativos necessários, ou seja, o reforço das instituições e da participação para afirmar o Estado de Direito.

A coordenadora residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Petra Lantz, considerou que o mundo deve estudar o caso do arquipélago, um país que embora sem recursos está em condições de atingir todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2015.

A diplomata de nacionalidade sueca realçou que Cabo Verde está no caminho correcto e tem a certeza do dever cumprido, enquanto muitos outros países, com recursos naturais, estão longe de alcançar os resultados já alcançados por este pequeno arquipélago africano.

No entanto, a diplomata da ONU, apesar que reconhecer que Cabo Verde está prestes a cumprir com os ODM, avisa que há ainda muito caminho a percorrer e que as autoridades locais não devem perder de vista os problemas que ainda subsistem, e que são muitos.

Citou o caso do desemprego (13% da população activa, segundo a nova metodologia do Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (INE) e 23 % segundo o método antigo) que, segundo ela, é um ponto menos bom, a par das preocupações ambientais, das energias renováveis, das disparidades regionais, da água e do saneamento.

Numa análise objectiva, Petra Lantz salientou a questão da erradicação da pobreza extrema e da fome, lembrando que, segundo os dados mais recentes, Cabo Verde conseguiu reduzir a percentagem da população mais pobre de 49%, em 1990, para 26% em 2007, e talvez para 24% em 2009.

Em relação à fome, no mesmo período, baixou de 22 para 13%, o que foi considerado extraordinário pela ONU, apesar de ainda haver muitas pessoas a viver na pobreza no arquipélago.

Referiu que a educação primária universal, segundo ODM, está a níveis considerados do primeiro mundo, pois existe uma taxa de escolaridade de mais de 90%, quando em 1990 era apenas de 72%.

A evolução da promoção da igualdade do género, terceiro ODM, é, para Petra Lantz, muito interessante, pois, por exemplo, há mais mulheres do que homens no Governo, embora no Parlamento a subida entre 1990 e 2010 tenha ficado aquém das expectativas (de 11 para 21%).

Em relação ao quarto e quinto ODM, a redução da mortalidade infantil e a melhoria da saúde materna, Petra Lantz lembrou que a taxa desceu de 56 mortes de crianças até aos cinco anos por cada 100 mil partos para 21 em 2010, o que mostra o empenho e determinação das autoridades cabo-verdianas, que têm margem para a descer ainda mais, sublinhou. Em 1995, morreram 95 mães por cada 100 mil partos e em 2007 o número baixou para 16.

Outro ODM atingido é o combate à VIH/SIDA, a malária e a outras doenças, porque Cabo Verde conseguiu sustentar a evolução das doenças, mantendo, por exemplo, a taxa de infecção com o vírus do VIH estabilizada em 0,7% há vários anos.

Neste capítulo, os casos de malária também foram reduzidos assim como os da tuberculose.

A sustentabilidade ambiental, sétimo ODM, está também a evoluir, devido aos programas e aos planos traçados por Cabo Verde, mas o país terá de investir mais em energias renováveis, na captação de água potável e no saneamento.

Petra Lantz recordou que em 1990 apenas 40% da população tinha acesso à água potável, em 2007 subiu para 90%, mas a inconsistência no abastecimento é ainda deficiente.

A representante da ONU em Cabo Verde afirmou que o desenvolvimento de uma parceria global para o desenvolvimento está patente nas relações que o arquipélago tem mantido, pois, apesar de ser um país de rendimento médio, ainda continua a necessitar de assistência financeira internacional.

Moçambique espera cumprir três das metas definidas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e admite ainda atingir outras



dez, mas fracassa na redução da mortalidade materna e no acesso universal ao tratamento da SIDA.

O Presidente moçambicano, Armando Guebuza, diz que Moçambique alcançou importantes avanços rumo às metas do milénio e dá o exemplo da educação, onde as admissões ao ensino primário atingiram níveis de crescimento sólidos.

Moçambique, onde 80% da população vivia em pobreza absoluta em 1990, terá de reduzir aquele valor para 40% em 2015, para atingir o primeiro dos oito objectivos: erradicar a pobreza extrema e a fome. Mas segundo os últimos dados disponíveis (2008-09) o nível de pobreza absoluta situa-se à volta dos 54% da população.

Taxas de crescimento baixas ou nulas da produtividade agrícola, alterações climáticas, crise internacional e o HIV/SIDA podem, segundo dados oficiais, ser as razões para a pobreza não diminuir.

Atingir a educação primária universal é outro dos objectivos (o segundo) onde Moçambique é apontado como um caso de sucesso pela ONU. Números oficiais indicam que actualmente 81% das crianças em idade escolar estão a frequentar a escola. A educação absorve 21% das verbas do Orçamento de Estado.

Também na igualdade do género e autonomia da mulher, o país deverá cumprir a meta de uma rapariga-um rapaz na escola. Em 2005, segundo dados do Ministério da Educação, havia 45,7% de raparigas na escola, passando para 47,2% em 2009. No ensino primário a percentagem era idêntica, no final de 2008.

A saúde, com três dos oito grandes objectivos, é que tem metas mais difíceis de atingir. Ivo Garrido, Ministro da Saúde, já admitiu que o país dificilmente atingirá a quinta meta, de redução em três quartos da mortalidade materna, embora possa reduzir a mortalidade infantil para os números propostos.

Na mortalidade de menores de cinco anos, a meta é 108 por mil nados vivos, e está em 138, na mortalidade de menores de um ano a meta é 67 em 2015 e está em 93. Já no rácio de mortalidade materna por 100.000 nados vivos, a meta a atingir em 2015 é 250, e Moçambique se ficava por 579, em 2008, mais do dobro.

Em relação à SIDA, o último inquérito indica uma taxa de prevalência de 11,5%, o que mostra que houve estagnação. Na Malária há uma taxa de mortalidade de 47%, quando a meta a atingir em 2015 é a dos 35%. E na tuberculose, para atingir as metas, Moçambique teria de reduzir de 298 para 149 o número de casos por cada 100.000 habitantes, e reduzir de 36 para 18 mortes pelo mesmo número de habitantes.

Na área da sustentabilidade a meta poderá ser atingida, mas para isso o país terá de chegar a 70% da população com água potável (está em 57%) e a 50% com saneamento básico (está em 45%).

Na criação de uma parceria global para o desenvolvimento (objectivo oito) o Governo salienta o bom desempenho económico do país, a contenção da dívida e o aumento do acesso a tecnologias de informação, para dizer que a meta pode ser cumprida.

De resto o executivo moçambicano diz que potencialmente pode atingir todos os objectivos. Improvável mesmo só na redução da mortalidade materna (no objectivo cinco) e no acesso a tratamentos para a SIDA (no objectivo seis).

No caso de São Tomé e Príncipe os melhores resultados são no campo da saúde, onde as metas traçadas pelos ODM devem ser alcançados. Relativamente aos outros os objectivos ainda estão longe de serem alcançados.





Moçambique e Angola vão Cooperar em Missões de Paz

Os Ministros da Defesa de Moçambique, Filipe Nyusi, e de Angola, Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnem, assinaram em Maputo um acordo de cooperação militar, que inclui a concertação em matéria de segurança, missões de paz e desminagem.

No âmbito deste acordo, os dois países comprometem-se igualmente a colaborar em operações humanitárias e de busca e salvamento, saúde, assistência médica, desporto, bem como cultura.

Falando após a assinatura do acordo, o Ministro da Defesa moçambicano afirmou que o pacto é importante para a articulação das posições dos dois países nas organizações a que pertencem, nomeadamente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O Ministro da Defesa de Angola realçou o impacto do acordo nas reformas que Angola está a aplicar no domínio da defesa, enquadradas no objectivo de permitir ao exército angolano o acompanhamento da reconstrução do país, depois do fim da guerra civil. Paralelamente, este acordo é mais um exemplo da estratégia angolana de projecção do seu poder para fora das suas fronteiras, privilegiando duas áreas prioritárias para a diplomacia angolana. A região da África Austral e os países africanos lusófonos. Este acordo poderá, entre outras iniciativas, potencializar uma intervenção conjunta no apoio à estabilidade na Guiné-Bissau.



Feira Internacional de Cabo Verde

Portugal teve uma forte presença na XXIV edição da Feira Internacional de Cabo Verde (FIC), que decorreu entre 17 e 21 de Novembro na Cidade da Praia.

O delegado em Cabo Verde da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), João Pereira, referiu a forte relação que existe entre a FIC e a AIP-FIL, salientando que a XXIV edição mostra a importância do certame, tanto para as empresas portuguesas como para as cabo-verdianas.

O balanço das feiras anteriores foi muito positivo para as empresas dos dois países. Para João Pereira, a FIC tem sido, ao longo dos anos, um factor de captação de investimento para Cabo Verde, lembrando que os responsáveis da AIP-FIL estão satisfeitos por terem introduzido, através da feira, empresas portuguesas no arquipélago, que hoje são já de direito cabo-verdiano e estão perfeitamente estabelecidas no mercado local.

A FIC 2010, decorreu sob o lema "O Negócio nas suas Mãos", e contou com cerca de 180 expositores, na sua maioria internacionais, ligados a diferentes sectores de actividade. Segundo o Presidente da FIC, Luís Cardoso, o evento proporcionou aos expositores a possibilidade de exibirem os seus produtos ou serviços, com o intuito de estimular o desenvolvimento de negócios, transferência de conhecimento e promoção de trocas comerciais.

A área da FIC foi dividida em vários espaços, tendo em conta os segmentos industriais de máquinas e equipamentos, construção civil, habitação, transporte, electrónica, tecnologia da informação, agrogénio, comércio e serviços e artesanato.

Entre as novidades, a FIC teve eventos culturais e económicos na parte exterior do recinto e, além de Portugal, são esperados expositores do Brasil, Espanha (Canárias), China, Macau e de países africanos de expressão portuguesa, da Europa e da África Ocidental.

As Câmaras de Comércio de Cabo Verde colaboraram com a organização, enquanto parceiras, promovendo um conjunto de iniciativas paralelas à feira, com workshops e seminários, entre outras actividades de interesse para a classe empresarial. A FIC 2010 contou ainda com jornadas técnicas de grande interesse para o tecido empresarial cabo-verdiano, consubstanciadas em três palavras-chave: qualidade, sustentabilidade e internacionalização.

Rússia e Angola Reforçam Relações

Os Governos de Angola e da Rússia assinaram em Luanda um protocolo a nível económico, técnico-científico e comercial que servirá de base para a implementação de programas que irão permitir o alargamento da cooperação entre os dois países.

As delegações, chefiadas pela parte angolana, pelo Ministro das Relações Exteriores, Assunção dos Anjos, e pela parte russa, pelo Ministro dos Recursos Naturais e Ambiente, Yuri Trutnev, estiveram reunidas para analisar a situação actual da cooperação entre os dois países e perspectivar o seu futuro.

Segundo o Ministro angolano a cooperação bilateral entre a Rússia e Angola ganhou um dinamismo significativo, desde a última visita da delegação angolana, em Maio de 2009, à Rússia, no âmbito do relançamento da cooperação.

Esta visita permitiu que ambos os países passassem em revista as relações bilaterais, salientando-se a promulgação, por parte do Governo da Federação da Rússia, do acordo de Protecção Recíproca de investimentos, disse Assunção dos Anjos. Este acordo de Protecção Recíproca, vai propiciar um aumento substancial das trocas comerciais. Fazem também parte do acordo medidas técnicas que os dois países criarão para superar os efeitos negativos da crise económica e financeira.

As delegações analisaram ainda o programa plurianual de cooperação económica, técnico-científica e comercial para o período 2011/2013, indicando-se, num plano de acção apresentado por Angola, os programas específicos que estão a ser implementados ao nível da nossa cooperação bilateral.

De acordo com o governante angolano trata-se de um plano de acção ambicioso que reflecte todos os sectores que são objecto da cooperação bilateral, nomeadamente os da agricultura, pescas, indústria, indústria mineira, energia e águas, obras públicas, tecnologias de informação e telecomunicações, saúde pública, transportes, entre outros. Assunção dos Anjos acrescentou que o plano de acção apresentado por Angola prevê aspectos de formação para cada um dos sectores.

Assunção dos Anjos realçou que o programa plurianual de cooperação económica, técnico-científica e comercial, o acordo de promoção e protecção recíproca de investimentos e a criação do sistema de comunicação via satélite, assinados entre os dois países, inauguraram uma nova era no relacionamento entre os dois Estados. A visita do Presidente russo a Angola, realizada no ano passado, representou, na opinião de Assunção dos Anjos, um marco importante para o relançamento, alargamento e reforço da cooperação bilateral a médio e longo prazos.

A realização da Comissão Bilateral permitira a ambos os países promover e aprofundar o relacionamento baseado em contactos regulares e sistemáticos, criando mecanismos que permitam implementar com celeridades as decisões adoptadas. Com este mecanismo pretende-se recuperar as relações de amizade e cooperação entre os dois países, que remontam aos primórdios da luta pela independência.

Segundo Assunção dos Anjos há duas razões fundamentais para Angola ter uma cooperação estratégica com a Rússia. Uma, de carácter histórico, que remonta aos primórdios da nossa luta de libertação, a outra porque a Rússia é uma potência mundial económica, tecnológica e científica. E a cooperação de Angola com a Rússia vai ser necessariamente vantajosa, neste período em que estamos empenhados em proceder à reconstrução do nosso país.

O Ministro russo dos Recursos Naturais e Ambiente, Yuri Trutnev, sublinhou a importância que Moscovo atribui às relações com Luanda, afirmando que as áreas onde a Rússia já tem uma presença em Angola, como os diamantes, através da Alrosa, estão de boa saúde, e apontou a área da produção de energia hídrica como uma prioridade no aprofundamento da cooperação.

A segunda sessão da comissão bilateral está prevista para Maio de 2011.

Os Maiores Bancos Africanos

Diversos bancos angolanos e moçambicanos integram a lista dos 100 maiores bancos de África, de acordo com o capital e reservas financeiras declarados, segundo a African Business.

No universo dos países de expressão oficial portuguesa, Moçambique e Angola constituem os únicos países africanos de língua oficial portuguesa a dispor de instituições bancárias na lista dos maiores 100 bancos de África apresentada pela publicação African Business em Outubro.

Nesta listagem os primeiros cinco lugares são ocupados por bancos da África do Sul, como o Standard Bank Group (Stanbank), o ABSA Group, o First Rand Banking Holdings, o Nedbank Group e o Investec Bank. O Banco Africano de Investimentos, de Angola, no 33º lugar, constitui a primeira instituição bancária de um país de expressão oficial portuguesa a integrar a lista.

No 34º lugar surge listado o Banco de Fomento Angola, sendo o 62º lugar ocupado por outra instituição bancária de um país de língua portuguesa, o Banco BIC, também de Angola, que precede o Banco de Poupança e Crédito, igualmente de Angola.

No 65º lugar da lista surge o último banco de Angola - Banco Espírito Santo Angola (BESA), estando reservados para esta metade da tabela o posicionamento de dois bancos de Moçambique - Millenium BIM, no 70º lugar e BCI Fomento, no 95º lugar.



África Duplica População

A população africana deverá mais do que duplicar, para 2,2 mil milhões de pessoas, até 2050, de acordo com um estudo internacional apresentado em Outubro em Tunis, no âmbito da V Cimeira Económica Africana. O estudo, Africa Vision 2050, organizado pelo Banco Africano para o Desenvolvimento (BAfD) e Agência Francesa para o Desenvolvimento, aponta para os desafios que o continente enfrenta perante o crescimento acentuado da sua população nos próximos 40 anos. Desde logo, o facto de metade dos países africanos devem registar aumentos entre três a cinco vezes das suas populações urbanas, fenómeno associado ao peso das doenças, como Malária e HIV/SIDA, bem como à persistência dos conflitos.

As alterações climáticas também, passarão a ser, cada vez mais, um problema para os países africanos. Decorrente destas alterações, surgirão problemas relativamente à utilização de terras aráveis, situação que será, desde logo, sentida, no Norte de África.

Apesar dos problemas que surgirão, o Continente Africano também verá a sua importância a nível mundial subir devido às suas fontes de matérias-primas. Se, por um lado, o controlo destas matérias-primas está na origem de muitos dos conflitos que assolam o Continente, também podem ser uma oportunidade para a afirmação internacional de África, embora a estabilidade política seja fundamental.

No estudo, apresentado pelo economista-chefe do BAfD, Mthuli Ncube, propõem-se respostas individuais e colectivas, a nível regional e internacional, para os diversos países africanos ultrapassarem os desafios.

Durante a V Cimeira Económica Africana, também foram abordados outros temas como as relações económicas África-China, segurança alimentar e parcerias norte-sul.

Índice Desenvolvimento Humano 2010

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010 feito pelo PNUD foi apresentado a 4 de Novembro abrangendo diversos indicadores de 169 países. De acordo com este Índice, os 10 países do topo no IDH de 2010 são: a Noruega, a Austrália e a Nova Zelândia Estados Unidos da América, Irlanda, Liechtenstein, Países Baixos, Canadá, Suécia e Alemanha. No fim da lista aparecem Mali, Burkina Faso, Libéria, Chade, Guiné-Bissau, Moçambique, Burundi, Níger, a República Democrática do Congo e o Zimbabué.

O primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano em 1990 apresentava o recém idealizado IDH. A sua premissa, considerada radical na época, era simples: o desenvolvimento nacional devia ser medido, não apenas pelo crescimento económico, como era prática desde há muito, mas também pelas realizações na saúde e na educação, que eram igualmente mensuráveis para a maioria dos países.

Para o 20º aniversário do Relatório, A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano, o IDH de 2010 utiliza dados e metodologias que não estavam disponíveis na maioria dos países em 1990 para as dimensões do rendimento, da educação e da saúde. Por exemplo, o Rendimento Nacional Bruto per capita substitui o Produto Interno Bruto per capita, para incluir o rendimento das remessas externas e do apoio internacional ao desenvolvimento. O "tecto" do rendimento para fins de ponderação do índice foi removido, para atribuir aos países que ultrapassam o anterior limite de USD 40.000 um IDH que reflecta melhor os níveis de rendimento.

Na educação, os anos de escolaridade esperados para as crianças em idade escolar substituem as matrículas brutas e a média de anos de escolaridade da população adulta substitui as taxas de alfabetização de adultos, para proporcionar uma imagem mais completa dos níveis de educação. A esperança de vida permanece como o indicador principal para a saúde.

O IDH deste ano não deve ser comparado com o IDH que surgiu em edições anteriores do Relatório do Desenvolvimento Humano devido à utilização de indicadores e cálculos diferentes. O IDH de 2010 apresenta as variações das classificações nacionais para intervalos de cinco anos e não numa base anual.

A Micronésia entrou na tabela do IDH pela primeira vez este ano, ao passo que o Zimbabué reentrou depois de ter ficado excluído em 2009 devido à falta de valores do rendimento. Devido à falta de

dados internacionalmente compilados e verificados, catorze países foram excluídos do IDH: Antígua e Barbuda, Butão, Cuba, Dominica, Eritreia, Granada, Líbano, Omã, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Samoa, Seychelles e Vanuatu; o mesmo se verificou com os Territórios Palestinos Ocupados. Por exemplo, quatro países têm informações sobre todos os componentes do IDH excepto o Rendimento Nacional Bruto: Cuba, Iraque, Ilhas Marshall e Palau. Os indicadores das três dimensões são calibrados e combinados para gerar uma pontuação de IDH entre zero e um.

Os países são agrupados em quatro categorias de desenvolvimento humano, ou quartis: muito elevado, elevado, médio e baixo. Um país está no grupo muito elevado se o seu IDH estiver no quartil superior, no grupo elevado se o seu IDH estiver nos percentis 51-75, no grupo médio se o seu IDH estiver nos percentis e no grupo baixo se o seu IDH estiver no quartil inferior.

Para além do IDH de 2010, o Relatório inclui três índices novos: o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade, o Índice de Desigualdade de Género e o Índice de Pobreza Multidimensional. Estão também disponíveis tabelas sobre as várias medidas do desenvolvimento humano, incluindo tendências demográficas, economia, educação, saúde e outras.

Desde a sua criação em 1990, o Relatório do Desenvolvimento Humano tem proporcionado perspectivas novas sobre alguns dos desafios mais prementes enfrentados pela humanidade. O Relatório do Desenvolvimento Humano é uma publicação anual independente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Jeni Klugman é a principal autora do Relatório de 2010, traduzido para mais de uma dúzia de idiomas e lançado em mais de 100 países anualmente. O Relatório é editado em inglês pela Palgrave Macmillan.

Em relação aos PALOP a situação em 2010 é mista. Houve países que subiram na sua classificação, como foi o caso de Angola que subiu dois lugares, passando a estar no 146º lugar, mas outros desceram, como foi caso de Cabo Verde, menos um lugar do que em 2009 (118º lugar, Guiné-Bissau, que também desceu um lugar, passando para 164 e São Tomé e Príncipe que desceu três, passando em 2010 a ocupar o 127º lugar. No caso de Moçambique manteve o posto de 2009, o 165º lugar.

Cimeira Luso Argelina

Decorreu a 9 de Novembro a III Cimeira Luso-Argelina, dedicada ao tema das tecnologias de informação e comunicação (TIC), durante a qual foram assinados vários acordos de cooperação.

O início da realização das Cimeiras bilaterais surgiu após os dois países terem assinado, em 2005, o Tratado de Amizade, Cooperação e Boa Vizinhança e que entrou em vigor em 2006. A assinatura deste Tratado foi o culminar de um processo de aproximação entre os dois países que durou vários anos e que foi marcado por visitas oficiais dos respectivos Presidentes. A I Cimeira teve lugar em 2007 e a segunda realizou-se em 2008.

Hoje em dia, o factor geográfico aliado ao factor energético, faz com que Argélia tenha assumido um papel importante para Portugal, quer ao nível das relações bilaterais quer ao nível das empresas portuguesas.

A Argélia é hoje o oitavo fornecedor de Portugal, consumidor do potencial energético argelino (em especial gás natural, do qual Portugal depende em 40% do total do respectivo consumo interno), sendo Portugal um importante investidor na Argélia, com em sectores tão variados como o sector energético (cooperação no sub-sector do ciclo combinado e entrada da SONATRACH, empresa argelina de hidrocarbonetos, no capital da EDP), gestão do abastecimento e da rede de água, transportes e infra-estruturas.

Entre outros documentos, os governos de Portugal e da Argélia iniciaram um processo de colaboração na área da sociedade de informação e da economia digital. Segundo fonte do Governo português, a assinatura de um Memorando de Entendimento nesta área vai permitir, no âmbito das prioridades da Agenda Digital 2015 e da e-Algérie 2013, o desenvolvimento de projectos de colaboração, troca de boas práticas em termos de sociedade da informação e de economia digital, nomeadamente nas áreas das redes de nova geração, educação, saúde, governo electrónico, mobilidade e redes inteligentes e das energias.

Também na área ambiental, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do

Território português e o Ministério dos Recursos Hídricos argelino. O objectivo deste protocolo, de acordo com a mesma fonte governamental, é criar as condições necessárias ao desenvolvimento da cooperação e das parcerias em matéria de gestão dos recursos hídricos, através do reforço das capacidades e das competências e/ou de outras actividades julgadas pertinentes.

Também na área das obras públicas foi assinado um Memorando de Entendimento entre as duas partes, para promover a realização de acções e de projectos comuns capazes de reforçar a cooperação no domínio das infra-estruturas de base, incluindo estruturas rodoviárias e auto-estradas, marítimas e aeroportuárias, entre outras.

No final da Cimeira, o Primeiro-Ministro português sublinhou a evolução registada nas relações económicas entre os dois países nos últimos cinco anos, traduzida no aumento das exportações portuguesas para aquele país do norte de África, bem como na abertura de uma linha aérea directa entre os dois países.



Lula da Silva Visita Moçambique

O Presidente Lula da Silva realizou, em Novembro, a sua terceira e última viagem a Moçambique como Chefe de Estado do Brasil antes de passar o cargo para a candidata vencedora das eleições presidenciais, Dilma Rousseff. Esta visita confirmou o interesse brasileiro em continuar a aprofundar as relações com o Continente Africano. Nesse sentido, Lula da Silva fez questão de referir, em diversas ocasiões, que a política africana do Brasil não sofrerá alterações com a nova Presidente.

Após um longo período de afastamento, as relações do Brasil com o Continente Africano ganharam novo impulso com o governo de Lula da Silva. Esta reaproximação foi, em grande medida, fruto do programa eleitoral do partido do Presidente, o Partido dos Trabalhadores, o qual defendia a construção de alianças preferenciais com parceiros do Sul. No âmbito desta estratégia, o Continente Africano passou ser encarado como uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos do governo brasileiro, tendo-se sucedido as visitas ao mais alto nível durante a Presidência de Lula da Silva.

Durante seu primeiro mandato, o Presidente Lula realizou 4 viagens A África, visitando um total de 17 países em pouco mais de dois anos. Em Novembro de 2003, esteve em São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Em Dezembro deste mesmo ano foi ao Egípto e Líbia. Em Julho de 2004 visitou São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde. Em Abril de 2005, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal. Em Fevereiro de 2006 foi à Argélia, Benim, Botsuana e África do Sul.

Com a conclusão de novos acordos bilaterais, Moçambique assume-se como o principal parceiro do Brasil em África. O Acordo Geral de Cooperação entre os dois países foi assinado a 15 de Setembro de 1981, passando a desenvolverem-se parcerias nas mais diversas áreas, nomeadamente: Saúde (Combate ao HIV/SIDA); Educação (Cooperação na área de Alfabetização e Educação de Adultos; Bolsa Escola em Moçambique) e Agricultura (Projecto de Apoio ao Desenvolvimento e Fortalecimento do Sector de Pesquisa Agropecuária).

Desde que Lula da Silva ascendeu à Presidência do Brasil, as relações entre os dois países intensificaram-se quer do ponto de vista das visitas oficiais quer do ponto de vista comercial e de investimento. Durante a visita do Presidente Armando Guebuza ao Brasil, em Setembro de 2007, foram assinados vários acordos, destacando-se os referentes às energias renováveis. Para além de um Memorando de Entendimento sobre a produção de biocombustíveis em Moçambique com apoio brasileiro, as autoridades de Brasília também passaram a apoiar a o desenvolvimento do potencial hidroeléctrico e petrolífero de Moçambique.

Em Abril de 2009, foi inaugurado em Moatize, província de Tete, o mega projecto da empresa brasileira Vale Rio Doce para a exploração de carvão. O referido projecto, que representou um investimento de 1.300 MUSD, permitirá à empresa brasileira extrair anualmente cerca de 11 milhões de toneladas de carvão que deverá ser exportado para a China e Índia e ainda alimentar centrais termoeléctricas, quer para as necessidades domésticas de Moçambique, quer sobretudo para mercado de países vizinhos deficitários em energia.

Durante esta última visita de Lula da Silva, foram assinados importantes acordos de cooperação, destacando-se os 80 MUSD destinados à transformação da base aérea de Nacala, em Nampula, em aeroporto internacional. O montante faz parte dum pacote geral de financiamento na ordem de 300 MUSD acordados para a área de infra-estruturas no âmbito da cooperação entre Moçambique e Brasil, classificada como estando a conhecer o seu momento mais alto.

Na sequência desta visita, os Governos dos dois países assinaram acordos nas áreas de saúde, educação, agricultura e urbanização. Trata-se de ajustamentos complementares ao acordo de cooperação para a implantação do banco de leite humano e centro de lactação, do centro de tele-saúde, biblioteca e programa de ensino à distância na saúde da mulher, da criança e do adolescente, para além da instalação da Universidade Aberta do Brasil. Outros acordos referem-se ao estabelecimento da cooperação trilateral para o desenvolvimento da agricultura de Savana (Pro-Savana) e do ordenamento do bairro do Chamanculo "C", na capital do país.

Do conjunto de acordos assinados, destaca-se igualmente o da agricultura de Savana (Pró-Savana). Este é um projecto tripartido que envolve o Japão – Brasil – Moçambique e está orçado em 13,4 MUSD.

O Pro-Savana foi assinado entre a empresa estatal brasileira agropecuária (Embrapa), dependente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). O objectivo principal deste projecto é o de melhorar a capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrícola do corredor de Nacala – área de savana tropical que se estende desde a região Central até o Norte de Moçambique.

Uma outra iniciativa que marcará a cooperação brasileira em Moçambique é a construção de uma fábrica de medicamentos genéricos para combater a SIDA.

Apesar de não ter sido inaugurada durante esta visita do Presidente Brasileiro, como chegou a estar previsto, a fábrica de medicamentos que o Brasil está a construir na Matola, arredores de Maputo, com o apoio da empresa brasileira Vale e da Fundação Fiocruz, vai ter capacidade para produzir, anualmente, 250 milhões de comprimidos, só para o combate à SIDA.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05